

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 537.152 - SP (2019/0296234-6)

RELATOR : MINISTRO JORGE MUSSI
IMPETRANTE : FLAVIO RODRIGUES DA SILVA BATISTELLA
ADVOGADO : FLÁVIO RODRIGUES DA SILVA BATISTELLA - SP179070
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : LUCAS MARQUES DA SILVA OURIVES (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de LUCAS MARQUES DA SILVA OURIVES apontando como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO - HC n. 2174357-61.2019.8.26.0000.

Noticiam os autos que o paciente encontra-se preventivamente segregado desde 08/07/2019, em razão da suposta prática do crime previsto nos artigos 157, *caput*, c/c 14, inciso II, ambos do Código Penal.

Aduz o impetrante, em breve síntese, a ausência de fundamentação a justificar a prisão cautelar imposta, reputando não atendidos os requisitos autorizadores da medida extrema, insculpidos no art. 312 do CPP.

Requer, liminarmente, que o paciente aguarde em liberdade o julgamento do presente *mandamus*. E, no mérito, a revogação da prisão preventiva.

É o relatório.

Este Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento no sentido de não mais admitir o emprego do *habeas corpus* para contestar decisão contra a qual exista previsão de recurso específico no ordenamento jurídico, **exatamente como ocorre no caso em exame**. Dessa forma, depara-se com flagrante utilização inadequada da via eleita.

Não obstante, mostra-se inviável acolher a pretensão sumária, porquanto, em princípio, há fundamentação para a denegação da ordem mandamental e manutenção da prisão cautelar, diante da razoabilidade da duração do processo, consoante é possível inferir-se do seguinte trecho do aresto impugnado (e-STJ fls. 92-93):

[...]

Ao contrário do que alegou o combativo impetrante, verifica-se dos autos a presença dos requisitos para o decreto da prisão preventiva do paciente, estando a decisão que manteve a sua segregação cautelar, sobejamente fundamentada, conforme se depreende de fls. 36/37, cumprindo assim, o disposto no artigo 93, inciso IX, da Constituição Federal, e artigos 312 e 315, do Código de Processo Penal.

[...]

Da leitura de tais argumentos não exsurgem, portanto, os necessários traços de ilegalidade manifesta na decisão objurgada para o deferimento da cautela

Superior Tribunal de Justiça

requerida, já que, em sede de cognição sumária, não se verifica qualquer violação aos dispositivos legais apontados, sem prejuízo de uma análise pormenorizada da questão no momento oportuno.

É cediço que o deferimento do pleito liminar em sede de *habeas corpus* e em recurso ordinário em *habeas corpus*, em razão da sua excepcionalidade, enseja a demonstração e comprovação, de plano, do alegado constrangimento ilegal, o que não ocorre *in casu*.

Ante o exposto, **indefere-se a liminar**.

Solicitem-se informações à autoridade apontada como coatora e ao Juízo singular.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se.

Brasília (DF), 08 de outubro de 2019.

MINISTRO JORGE MUSSI
Relator

